

SESSÕES DO PLENÁRIO

26ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de março de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO VITOR AZEVEDO
(TERCEIRO - SECRETÁRIO)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Azevedo): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Azevedo): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 22ª e 23ª, realizadas, respectivamente, em 21 e 22 de março de 2023. Leitura das atas.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Cláudia Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos anteriormente, no interior do Estado, esteve ausente na Sessão do dia 27/03/2023.

Da Deputada Ludmilla Fiscina comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 27/03/2023.

Do Deputado Cafú Barreto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 27/03/2023.

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, acompanhado de alguns prefeitos baianos, na “XXIV Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios”, estará ausente nas Sessões dos dias 27, 28, 29 e 30/03/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Azevedo): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Azevedo): Com a palavra o primeiro orador, deputado Rosemberg Pinto. (Silêncio)

Pela ordem, o segundo orador, deputado Euclides Fernandes. (Silêncio)

Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, galerias, eu queria falar, hoje, da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, onde aprovamos uma visita ao município de Mucugê, que recentemente foi reconhecido como principal destino turístico do Brasil, um município importantíssimo do nosso estado. Também aprovamos a realização de uma discussão sobre o Canal do Sertão, enfim, uma audiência que vai ser importante para discutir esse importante vetor de desenvolvimento do nosso estado da Bahia.

E, durante essa reunião da comissão de infraestrutura, eu fiz questão de falar sobre os péssimos serviços da Embasa lá na região de Irecê, uma região importante, uma região que sobrevive da agricultura, uma região polo e que tem passado por sérias dificuldades devido à falta d'água. Toda hora rompe adutora, toda hora falta água em São Gabriel e João Dourado, em Jussara, trazendo sérios transtornos à população.

Eu queria fazer essa cobrança à Embasa. Que ela dê uma atenção especial, que possa oferecer um serviço de qualidade a quem paga caro por esse serviço da água lá na região de Irecê e em toda a Bahia. Então, fica aqui essa cobrança, mais uma vez, para falar sobre a questão da má qualidade dos serviços prestados pela Embasa lá na região de Irecê.

Vendo aqui outros deputados presentes, eu queria parabenizar a Comissão de Agricultura. Na semana passada, realizamos uma grande audiência pública para discutir a questão das importações das amêndoas da Costa do Marfim, algo que pode ser muito perigoso para a região, uma região que já sofreu tanto com a vassoura de bruxa por mais de 30 anos. Com a vassoura de bruxa, até hoje, a região não conseguiu se reerguer, tamanha a dificuldade, o estrago que essa praga trouxe para toda a região.

Não podemos nem pensar na vinda de mais uma doença trazida por esse cacau da Costa do Marfim, porque realmente o nosso cacau é um cacau de muito melhor qualidade, nós temos produção suficiente para abastecer o mercado e não precisamos correr o risco com a importação do cacau da Costa do Marfim.

Mas era só isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, falar que V. Ex.^a já está se acostumando aí, nessa cadeira de presidente, ficou bem assentado como o presidente da Casa.

Era só isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Azevedo): Com a palavra o deputado Robinho.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, presidente Samuel, satisfação.

Dando continuidade à fala de ontem, olhando aqui na *Veja*, a revista *Veja* do dia 29 de março, vi algumas palavras do presidente da República que me deixaram, assim, curioso com o pronunciamento dele.

Neste mandato, neste mandato, nós tivemos, na Bahia, um número muito grande de invasões de terra. Só no Extremo Sul foram mais de 40 invasões de terra, e o presidente da República, ele... Diante dessas constantes invasões, a revista colocou aqui que o presidente ficou... saiu do sério, o presidente da República saiu do sério, o presidente Lula saiu do sério diante das constantes invasões de terras. Inclusive, para variar, ele falou: “Vamos meter a marreta nesse povo!” Está aqui na *Veja*: “(...) meter a marreta nesse povo!”

Infelizmente, esse é um pronunciamento do presidente da República. Disse ele, diante de um grupo de auxiliares, ele estava num grupo de auxiliares, inclusive com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e depois ele fez um desabafo, fez o desabafo de que iria chamar o líder do movimento sem-terra, João Paulo Rodrigues, iria chamá-lo a Brasília e iria falar isso a ele: “Cara, você ficou 4 anos que nem um gatinho...” Vou repetir: “Cara, você ficou 4 anos que nem um gatinho, quietinho, sem miar, e agora, mal começou o nosso governo, você vem com essa bandalheira”, palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Cara, você ficou que nem um gatinho, sem miar, e, agora que começou o nosso governo, você vem com essa bandalheira.”

Só na Bahia foram mais de 40 invasões. Agora eu quero pegar, aqui, um caso bem engraçado. Lá em Guaratinga, há um fazendeiro por nome Jair Carvalho, 95 anos de idade, fazenda produtiva, esposa viva, D. Isabel Gomes, 94 anos de idade. A fazenda deles foi invadida três vezes. Invadiram, a reintegração de posse saiu, mas imediatamente os invasores voltaram, aproveitando-se da idade do casal.

Inclusive, a juíza Tereza Júlia do Nascimento deu a reintegração de posse, e o comandante Vagner Gonçalves... Dr.^a Juíza, esse comandante vai te prender, juíza. Ela deu uma ordem de reintegração, e o comandante disse que não cumpre, sabe por que não cumpre? Não cumpre porque existe, na Bahia, uma portaria que dispõe sobre diretrizes para a execução de mandado judicial de manutenção e de reintegração. Não adianta ordem judicial...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINHO: O juiz pode dar ordem judicial, mas existe uma portaria do governo da Bahia que está acima da lei e que diz que não precisa cumpri-la...

Sr. Presidente, me dê mais 1 minutinho.

(...) Lá no município de Prado, eu estava conversando, hoje, com um vereador, o Dr. Wanderson... Se o marco temporal for aprovado, o município de Prado vai perder quase 30% da sua área para a reserva indígena.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINHO: Então, meus amigos, o governador precisa prestar atenção nessa situação.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, nobre colega.

O Sr. ROBINHO: (...) O governador precisa prestar atenção nessa situação, é muito grave o desmando, a falta de respeito com o produtor rural.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Paulo Rangel.
(Silêncio)

Não está presente?

Com a palavra o deputado Leandro de Jesus. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos, cumprimento o presidente que conduz esta sessão, cumprimento os colegas, cumprimento a imprensa aqui presente e todos os servidores.

Bem, eu queria aproveitar a presença de parte da bancada governista, aqui composta por deputados do PT, PCdoB, Psol, gostaria muito da atenção de V. Ex.^{as} para essa questão porque, na realidade, o nosso povo da Bahia, o nosso povo de Salvador – como a esquerda gosta de se apropriar de pautas –, o nosso povo preto de Salvador, que tanto sofre com o abandono, que tanto sofre com o descaso... Então, eu gostaria da atenção dos nobres colegas, especialmente, aqui, neste caso, dos meus nobres colegas dos partidos do governo.

Bem, me chamou atenção aqui, apenas para introduzir, a situação do filho de um deputado federal. Eu não vou fazer propaganda do nome dele, colega Vitor, mas esse sujeito, ele não vale a sola – a sola! – do meu sapato porque ele participou, influenciou para que o filho dele, que agora é um “transpreto”... Ele é branco, mas se sente preto e utilizou as cotas raciais para ser aprovado no concurso público do Samu. E o pai dele, que não vale a sola do meu sapato, está caladinho! Cadê a coerência da bancada da esquerda? Vai ficar caladinha também? Eu vou esperar que vocês falem dessa situação aqui!

Mas, para introduzir, eu convoco vocês à defesa do povo pobre, do povo preto, da coerência! Olhem a situação de Salvador! Olhem a situação da Bahia com o governo do PT, que vocês aprovam, para o qual vocês “fazem o L”! Olhem só a taxa de desocupação na Bahia: 26,7% dos jovens de 18 a 24 anos estão desocupados; em Salvador, temos o percentual de 33,5% de desocupados. É o governo que vocês aprovam, que vocês apoiam, para o qual “fizeram o L”.

E aí, como é que fica? Como é que se explica para o nosso povo pobre e preto de Salvador? Quando vamos libertar esse povo da senzala ideológica? Precisamos agir, precisamos de coerência. Taxa de desocupação acima de 14 anos: 13,5% na Bahia e 14,3% em Salvador. A Bahia... Salvador está liderando a taxa de desocupação entre os jovens.

Cadê a preocupação com o nosso povo preto de Salvador de que vocês tanto falam? Cadê a coerência? A minha origem, como foi dito por um deputado aqui, outro dia, é a favela! A minha origem é a favela, como foi dito aqui por um deputado! Cadê a

coerência? Mas sabe por que vocês ficam caladinhos? Porque está aqui o que vocês apoiam, eu não esqueço o que o ex-governador de vocês disse: que o tráfico de drogas emprega milhares de jovens. Só não enxerga quem não quer! O Brasil precisa discutir. Ou seja, cadê a preocupação com a juventude preta, com a favela, com os desempregados, com os pobres? Tudo mentira! Hipocrisia! Hipocrisia! Expliquem isso! Expliquem aí o “transpreto” do deputado federal de vocês. Expliquem! Volto a repetir: a sola do meu sapato...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Participando de uma vergonha dessa, ele não vale nem isso!

Então, fica aqui... A preocupação de vocês é a de que o nosso povo da Bahia, é a de que o nosso povo de Salvador enxergue a hipocrisia da esquerda, porque, uma vez que esse povo venha ter consciência, jamais vocês receberão um voto sequer dele! Mas, em breve, a Bahia estará livre desta esquerda maldita!

Fica aqui o meu repúdio ao que está acontecendo: jovens desocupados, sem esperança...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na Bahia do PT.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., nobre colega.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Convido agora, para fazer uso da fala, o deputado Bobô. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. Em tempo, solicito ao meu nobre presidente, Adolfo, que marque a presença, presidente.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, primeiro, eu quero dizer o quanto eu me orgulho em ser de esquerda aqui, não é? Como é bom a gente mudar a Bahia, fazer a Bahia totalmente diferente do que era antes. Isso graças ao início do governo... Começou com o governador Jaques Wagner, se impulsionou mais ainda com o nosso querido governador Rui Costa e, agora, com o nosso querido governador Jerônimo em parceria com o maior presidente da história deste país, que é Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizá-lo, porque eu acho que o senhor gostou dessa cadeira. Não sei se o nosso presidente... Ainda bem que Adolfo saiu agora há pouco! (Risos) Ontem e hoje presidindo a Casa, foi bacana, hein? (Risos)

Presidente, eu gostaria de falar um pouco, hoje, sobre o turismo comunitário. Nós falamos muito, aqui, sobre o turismo de praias, nós falamos muito sobre o turismo que está se fortalecendo, o turismo religioso, mas um outro segmento muito importante, aqui, na Bahia, que é pouco valorizado, e poucas pessoas conhecem, é exatamente o turismo comunitário.

E eu quero fazer um registro e chamar a atenção de todos para a importância desse movimento e segmento que tem crescido na Bahia, inclusive em Salvador. Nas periferias de Salvador, já se pratica, já se tem essa atividade acontecendo. Muita gente vem de fora, pessoas de outros países, e se hospeda na comunidade, nas casas locais, vivem e bebem um pouco da cultura local. E, claro, gera economia, fortalece a economia daquela comunidade.

Então, quero falar um pouquinho sobre isso. (Lê) “O TBC é uma forma de fazer turismo na qual a comunidade local é protagonista da experiência. Os comunitários recebem os viajantes em suas casas (rural ou urbana) e organizam atividades para mostrar o dia a dia e a cultura dos moradores.

Busca ressaltar o sentido coletivo de vida em sociedade, promover a qualidade de vida e valorizar o local. Além disso, os turistas e a comunidade receptora interagem trocando experiências.

Os principais impactos positivos estão ligados à melhoria da qualidade de vida dos residentes; inserção da mulher no mercado de trabalho, geração de emprego e renda adicional ao trabalho tradicional; valorização do sentimento de pertencimento ao campo e à comunidade; além da preservação do meio ambiente e das tradições.

Assim, o turismo é visto como parte constitutiva de um processo de desenvolvimento sustentável...”

A lei estadual votada aqui, nesta Casa, no ano de 2019, da qual tenho muito orgulho de ser o autor, foi instituída no dia 24 setembro de 2019 e votada por unanimidade, aqui, pelos nossos pares. Ela tem (lê) “a finalidade de legitimar a política pública do turismo comunitário a ser realizada nas áreas de interesse turístico e nos territórios de identidade do estado da Bahia. Envolve ainda as áreas em que existem povos e comunidades da cidade, do campo, das florestas e das águas.

Segundo a lei, a orientação e o fomento da atividade turística nas comunidades, bem como a aplicação das políticas de incentivo e das recomendações em caráter educativo, são deveres da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur).

Os demais órgãos do Executivo estadual deverão elaborar políticas, programas, projetos e ações de caráter complementar às políticas da Setur na área de turismo comunitário...”, ou seja, as já conhecidas políticas transversais.

(Lê) “(...) A lei prevê a criação de um comitê gestor sem ônus para a secretaria de Turismo, integrado por representantes do governo, da sociedade civil e da iniciativa privada nas áreas de turismo e afins, como agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, cultura, meio ambiente, segurança, assistência social e economia solidária, renovado a cada 2 anos, tendo a secretaria estadual de turismo como fórum para acompanhar a implantação desta política, bem como a sua execução.”

Eu coloco isso porque esse projeto de lei, Sr. Presidente, já é, para muito orgulho nosso... Outros estados vieram a Salvador...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) copiaram o projeto, implementarem o projeto, e o projeto já funciona, essa lei... Na realidade, o projeto... Eu até me equivoquei, a lei já funciona. Por que eu estou comentando sobre isso, presidente? Porque é necessário, e eu vou fazer aqui um apelo ao secretário Maurício Bacellar, que já instalou o comitê gestor, mas esse comitê ainda não foi reconhecido...

Para que essa política possa, verdadeiramente, ser implantada, ou implementada, é necessário o reconhecimento desse comitê gestor, para que a gente possa fomentar essa atividade tão importante, sobretudo no momento em que o nosso governador Jerônimo fala em investimento nessas áreas que são fundamentais. Então, peço aqui, em caráter de urgência, até porque nós já vamos completar 4 anos de aprovação dessa lei,...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior) Para concluir, deputado.

O Sr. BOBÔ: Para terminar, Presidente.

(...) e ela não foi ainda implementada, o que realmente traz um prejuízo a esse segmento, que é um segmento muito importante para o estado da Bahia... Portanto, fica, aqui, o registro, e eu peço, mais uma vez, ao secretário Maurício Bacellar que dê uma atenção especial a essa lei, que ela é muito importante para os homens e as mulheres do campo e até urbanos que, verdadeiramente, trabalham com o turismo comunitário.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior). O.k., meu craque, deputado Bobô. Domingo a gente terá um grande encontro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior) Com a palavra, agora, o nobre deputado José de Arimateia. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente... Hoje nós tivemos uma audiência pública sobre o Março Azul-Marinho, em alusão ao câncer colorretal, essa audiência foi proposta por este deputado, dentre outras que propus... Inclusive, quando eu as apresentei à Comissão de Saúde desta Casa, a primeira foi sobre a regulação, que não foi aprovada, e as demais... Esta daqui foi uma das que foram aprovadas.

Tivemos uma palestra, convidamos a secretária de Saúde do estado da Bahia, aqui está o ofício para ela, a Dr.^a Roberta Santana, nós protocolamos no dia 20 de março. Deputado Samuel, Srs. Deputados, pasmem, ela não mandou sequer uma pessoa para representar a Secretaria da Saúde do Estado. Nenhum representante foi enviado.

Estava presente, entre os convidados... A primeira convidada foi a secretária de Saúde, eu sei que ela está numa missão difícil, eu sei que ela tem que se virar nos 30, como diz o ditado popular, porque a questão da regulação está estampada nos jornais, na imprensa, nos blogs, nas redes sociais, e a opinião pública espera uma resposta. Ela está lutando para resolver isso, graças a Deus, a gente espera, mas não mandar, Sr. Presidente, sequer um representante da Secretaria da Saúde, como é que pode, deputado Alan?

Mas estive presente representando... Olhe aqui o exemplo! Olhe aqui o exemplo! Mande também o convite para a secretária municipal de Saúde de Salvador, ela não pôde vir, a secretária de Saúde não pôde vir, mas mandou a representante, a Dr.^a Ana Carla Góes, que fez uma explanação sobre a atuação da secretária de Saúde do município com respeito à causa.

Nós estamos vivendo, Sr. Presidente... Eu não sei o que está acontecendo. O deputado José de Arimateia, este homem aqui, estava na comissão de Direitos Humanos, mesmo como suplente, não deixaram José de Arimateia ficar na comissão. Não deixaram porque tinha três deputados do Republicanos, e a bola da vez foi José de Arimateia, teve que sair, me tiraram. Aliás, eu não pedi para sair, pelo contrário, eu não estou entendendo.

Sr. Presidente, nós tivemos essa audiência pública importante, hoje, na Comissão de Saúde, nós discutimos sobre o Março Azul-Marinho. Mesmo com toda a minha pauta para a discussão de temas importantes... Deputado líder do Governo, Rosenberg Pinto, como é que pode, deputado, a secretária de Saúde não mandar um representante para discutir um tema tão importante, que é o câncer colorretal? Sabe quantas pessoas estão na fila esperando pelo exame? São quase 160.000 pessoas no Brasil...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Na Bahia, Salvador está em primeiro lugar; Feira de Santana, em segundo; e a cidade de Ilhéus, em terceiro.

Sr. Presidente, eu lamento. Mas eu quero dizer e quero aqui parabenizar a TV ALBA, que nos ajudou, porque, mesmo com a ausência da representante da secretária de Saúde do estado da Bahia, nós tivemos uma audiência muito importante...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Um grande profissional da saúde, o Dr. Marcelo Falcão, esteve presente...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, nobre colega.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir, Sr. Presidente, com a tolerância de V. Ex.^a.

(...) Esteve presente também o Dr. Rogério Medrado, esses dois grandes profissionais estiveram presentes...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Eu concluo dizendo, Sr. Presidente, que eu lamento a ausência do representante da saúde pública da Bahia nessa audiência pública.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior) Com a palavra, agora, o nobre colega deputado Roberto Carlos. (Silêncio)

Não está presente?

Com a palavra o deputado José Raimundo. (Silêncio)

Também não está presente?

Com a palavra o deputado Hilton Coelho. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, a imprensa que nos acompanha, a população, por meio da TV ALBA, Sr. Presidente, queria, aqui, antes de tratar do principal tema que nós vamos abordar na tribuna, comemorar mais uma rodada de negociação entre o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Salvador com o conjunto de organizações da sociedade civil sobre a educação de jovens e adultos na nossa cidade.

Já falei sobre esses dados aqui, são dados lamentáveis numa cidade que tem como público-alvo potencial quase 1 milhão de pessoas. Hoje a prefeitura oferece cerca de 8 mil vagas. Dada a situação de desprezo, de desinformação, do conjunto de iniciativas para que essa população não usufrua do seu direito à educação, atualmente apenas 6 mil vagas estão ocupadas. Isso considerando, inclusive, o fechamento de escolas, de turmas... É uma situação muito difícil.

O Ministério Público fez uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta que pode mudar essa realidade, é o Dr. Valmiro fazendo história na cidade de Salvador em relação à educação de jovens e adultos. Há uma luz no fim do túnel, a subsecretária Isabela Cabral esteve presente nessa reunião e assumiu um conjunto de compromissos em relação aos pontos que pareciam que seriam rasgados pela administração municipal. Então, vamos continuar vigilantes.

Mas eu subi a esta tribuna, hoje, para tratar do escandaloso caso de Boipeba, a licença ambiental de uma região que é um santuário ambiental e que está, hoje, sendo

assunto em todo o país. E eu queria relacionar um fato que aconteceu na semana passada.

Márcia Telles, atual diretora do Inema, foi derrotada, na semana passada, nos tribunais. Transitou em julgado, na 4ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais de Causas Comuns, o processo que essa senhora impetrou contra o nosso mandato pelas críticas políticas que nós fizemos em relação à acumulação de dois cargos que, pela Constituição da Bahia, não poderiam ser acumulados. Diretora do Inema e secretária de Meio Ambiente.

Então, a decisão do Tribunal de Justiça foi que a causa não tinha o menor sentido, transitou em julgado, está resolvido, e, mais uma vez, a Sr.^a Márcia Telles foi derrotada. Eu quero dizer que, primeiro, essa questão, essa situação da intervenção de Márcia Telles, é antiga. Desde 2012, ela vem representando poderosos interesses que fizeram do Inema uma verdadeira máquina de liberação de licenças, a nosso ver, e não apenas nosso, mas também do Ministério Público estadual e do Ministério Público Federal, licenças ambientais absolutamente questionáveis.

Esse caso de Boipeba é um caso que vem chamando atenção de todo o país. Hoje o Congresso Nacional já está tratando da situação, a imprensa nacional também, artistas estão se posicionando porque realmente é uma situação absurda. O equivalente a 7 mil campos de futebol poderá ser cercado por um empreendimento privado que, segundo o Ministério Público Federal, não tem qualquer condição de ocupar aquela área, porque é uma área de preservação ambiental. Não cumpriu nenhum dos ritos e na última reunião que aconteceu com o Ministério Público ele chegou a dizer que estava avisando ao governo do estado que iria judicializar porque essa situação é, de fato, inaceitável.

É uma área que corresponde a 20% do território da ilha. E o Ministério Público Federal expediu uma recomendação conjunta com o Ministério Público estadual no sentido de que o Inema realizasse uma consulta prévia, livre, informando todos os empreendimentos. Não aconteceu. A Superintendência do Patrimônio da União encaminhou um ofício, em agosto de 2022, determinando que não fosse licenciado nenhum empreendimento em áreas públicas federais.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância Sr. Presidente, só pra concluir o raciocínio.

E a autorização de supressão de vegetação nativa concedida pelo Inema no dia 7 de março, portanto, está completamente ilegal.

Por isso, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, estamos aqui, primeiro, para pedir as assinaturas de V. Ex.^{as} ao nosso projeto de decreto legislativo para a suspensão imediata dessa licença absurda. Queremos também, Sr. Presidente, de maneira telegráfica,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) dizer que vai ocorrer uma visita técnica no dia 4 de abril, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, que foi formalmente convidada pela Defensoria Pública. E, por fim, queremos pedir assinaturas para a nossa proposta de CPI dos Licenciamentos do Inema. Não é possível...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) que nós venhamos a assistir esse absurdo espetáculo na Bahia sem uma iniciativa desta Casa.

Só para concluir, Sr. Presidente.

No dia 18 de abril, teremos também uma audiência pública sobre esse tema. Essas são iniciativas de deputados desta Casa que precisam de toda a sinergia da Assembleia Legislativa para que nós não nos transformemos numa verdadeira vergonha nacional e internacional em relação à proteção ao meio ambiente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.! Com a palavra o deputado Vítor Bonfim. (Silêncio) Não está presente.

O deputado Vítor Azevedo passou a sua vez para a deputada Olívia Santana. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, neste Março Mulheres em que tantas celebrações acontecem em torno da luta das mulheres por empoderamento, por igualdade, eu quero, aqui, saudar, parabenizar a nossa ex-presidenta Dilma Rousseff que recentemente foi empossada como presidenta do Banco do Brics.

É com muita alegria, para nós, que recebemos essa notícia porque estamos testemunhando, vendo essa verdadeira reparação da imagem da nossa ex-presidenta Dilma Rousseff, a única mulher que ocupou o cargo de presidente na história deste país, deputada Soane, deputada Cláudia, demais colegas, e que foi, de maneira absurdamente injusta, golpeada por um bando de homens que nunca tiveram a oportunidade de exercer aquele cargo. Muitos, inclusive, que não deveriam nem estar no cargo de deputado federal, mas que votaram naquele golpe com o título fraudulento de *impeachment*.

Então, ver agora essa reparação à nossa querida presidenta Dilma, reconhecida mundialmente em sua capacidade e competência para ser a presidenta do Banco do Brics, para nós é uma... É com muita felicidade que a gente registra aqui, no Plenário desta Casa, esse grande feito dessa mulher que já marcou a história do Brasil e que marca a história, os avanços das mulheres em plano mundial. Dilma está em Xangai, na China, e recebe as nossas energias positivas e a nossa celebração da sua vitória, que é também um pouco a vitória de todas nós juntas.

Quero também, aqui, saudar o nosso querido governador Jerônimo Rodrigues. Pela manhã, às 11 horas, nós tivemos o primeiro ato do governo do estado da Bahia, uma ação de entrega de 500 cestas de alimentos já como uma iniciativa concreta desse programa de combate à fome no estado da Bahia.

Quero dizer que a nossa luta é por emprego, por geração de renda, mas nós sabemos que está por vir, está para chegar o projeto de lei que vai estruturar muito melhor, de maneira muito mais avançada, com um conjunto de políticas públicas, esse projeto, esse programa de combate à fome em nosso estado. Porque um dos mais perversos legados desse governo que a gente conseguiu superar – o governo de um dos piores, talvez o pior, presidentes da história deste país – foi exatamente o legado da miséria, o legado da fome.

A Bahia tem mais de 2 milhões e 500 mil famílias recebendo bolsa família. O Bolsa Família foi resgatado, reestruturado, fortalecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é o presidente que se importa com gente, com as pessoas, com a miséria, com a fome neste país.

Portanto, eu quero celebrar aqui essa empatia do nosso governador Jerônimo, recebido com muita festa pelo povo lá no Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador...

melhor dizendo, não no Pelourinho, mas na 28, na Rua 28, no Centro Histórico de Salvador fazendo desse ato um ato em memória, também, da nossa querida Maria Lúcia, que foi uma catadora, uma lutadora do movimento dos sem teto, uma lutadora que se foi, mas que deixou o movimento organizado, que recebeu hoje em sua sede o governador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e todo esse aparato de alimentos.

Com a sua tolerância, presidente, eu quero, aqui, externar, como professora, educadora, a minha solidariedade à família da professora que foi morta por um estudante de apenas 13 anos de idade. É preciso pensar o que está acontecendo com este país. Olhem o resultado da política de ódio, da liberação das armas, desse verdadeiro assédio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) às mentes fragilizadas da nossa juventude, inclusive de pessoas de outras gerações, com essa ação sistemática que durou 4 anos na presidência da República e de grupos organizados de nazistas, nazifascistas que cresceram neste país.

O ódio só nos leva a um caminho: o caminho da destruição, da violência, da morte. E o Brasil hoje pranteia a morte de uma mulher, uma professora de 71 anos, aposentada, que morreu dentro de uma sala de aula vítima de um menino de 13 anos, que com essa idade já está com a mente capturada pelo racismo, pela violência, pela LGBTfobia, tudo isso que para alguns é normal e que para nós, que somos negras, mulheres, para as pessoas LGBT é a violência em estado cru que só pode nos levar a essa aberração que nós acabamos de assistir. Todo mundo perplexo no Brasil, mas é preciso que haja uma conscientização mais ampla, uma luta mais global...

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) e em nosso país no sentido de transformar as escolas em espaços de segurança, sabedoria e de alegria, de vida e não em ambiente de morte.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra para o deputado Rosemberg Pinto, deputada Olívia, V. Ex.^a tem toda a razão. Infelizmente, deputado Raimundinho, parece que nossos colegas deputados em Brasília, ou pelo menos uma grande parte – é claro que existem homens sérios e preocupados no Congresso Nacional –, estão achando que estão morando em outro país. É claro que não vem de hoje, mas nós estamos em estado de guerra em que se mata todos os dias à torto e a direito como vimos com um amigo da filha do vereador, como vimos um jovem em Barra Grande, como vimos uma criança, que não é mais criança, de 13 anos barbaramente matar a professora.

Então, a situação é dramática em nosso país quando a gente vê em São Paulo e em outros estados em um restaurante com 100 pessoas, deputada Cláudia, o marginal chega simplesmente e bota o revólver na cara de todo mundo para tomar o relógio. Essa é a situação do nosso país. Nós não podemos culpar esse ou aquele, “a” ou “b” ou “c”. Eu acho que a culpa é de todos nós, principalmente nós que somos políticos, e principalmente os deputados federais e senadores que têm a obrigação de começar a

fazer alguma coisa. É claro que nós não vamos... Não é uma coisa simplista. É claro que isso envolve educação, isso envolve trabalho, porque nós temos milhões de adolescentes, de pais de famílias desempregados sem saber o que é que vão comer no outro dia. E na maioria das vezes milhões não têm nem o que comer, É uma situação muito complexa, mas temos que fazer alguma coisa. E Brasília parece que está em outro mundo, essa é a realidade.

Então, nós políticos, claro, nós, que somos deputados estaduais, não votamos as leis principais deste país, mas a gente poderia fazer um movimento em todas as assembleias do Brasil para tentar pressionar esses caras em Brasília. Eu acho que muitos deles só estão preocupados com emendas, com o Orçamento. E a cada dia a desordem aumentando, a violência campeando em nosso país. Quem é o turista que vem para cá? Além de ser caro, por ser distante, só aparecem notícias de terror. Qual é o país em que se mata por um celular, por um relógio, como nós estamos matando? Nas cidades do interior já se perdeu o controle total. Não estou falando para defender grupo nenhum, até porque se se for aos Anais desta Casa verá que eu sempre me pronunciei a respeito. Não é uma coisa simples, não é uma coisa de Jerônimo, de Rui, nem de ACM Neto, é uma coisa de todos nós! Nós estamos em guerra, nós estamos em guerra!

Agora, a gente que vive em outro patamar... Muitos acham que não vai chegar na gente, que nós estamos numa ilha, mas está se matando, deputado Samuel, a torto e a direito e não acontece nada! E a polícia não tem nem o que fazer. Até porque, pela nossa lei, a polícia prende... "Eu vi o cara roubando 10 carros", leva-se à audiência de custódia e o cara é solto. O cara tenta matar, a audiência de custódia... Então, todos precisam fazer alguma coisa!

E nós não vamos poder dar educação de qualidade ao mesmo tempo, porque também falta vergonha! Este país gasta igual aos países de primeiro mundo em educação, mas o dinheiro é desviado, é jogado fora na maioria das vezes. Essa é a realidade que ninguém quer encarar! É triste a situação do nosso país. Então, na condição de presidente, claro, eu evito estar me pronunciando, mas isso me incomoda, como eu acredito que incomoda a quase todos os brasileiros, quase à totalidade da nossa população.

Nós vamos parar onde? Quais as atitudes? Não adianta mudar o secretário da Segurança! Melhora um pouco, deputado Cafu. Não adianta contratar mais policiais! É uma desordem completa neste país, e os homens públicos deste país fazem de conta que não está acontecendo nada. Essa é a triste realidade. Alguns não dizem, porque gostam de jogar para a plateia, gostam de ficar enfeitando a situação, que é dramática, e todos nós sabemos disso. Essa é a realidade.

E é claro, para concluir, deputado Alan, que não é fácil governar. Claro que ninguém é obrigado a se candidatar a nada, a presidente, a deputado. Não é fácil governar.

A gente está vendo a França, um país de primeiro mundo, em greve, tudo paralisado, estradas, aeroportos. Por quê? Porque o presidente Macron quer levar a idade mínima de 62 para 64 anos, quando na Europa inteira... Na Espanha é 67; na Alemanha, acho que é mais de 67, porque as previdências não aguentam, estão quebrando. E vejam: ninguém quer perder nada! E, no final, se não fizer algo vai perder tudo.

Eu só estou dizendo isso, indo até para a França, para mostrar a dificuldade, claro, de ser governante em qualquer parte do mundo, ainda mais na esculhambação –

desculpem o termo – deste país chamado Brasil, que tem os políticos que tem, com raríssimas exceções.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Samuel Junior: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan, que pediu primeiro.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão, fruto de um acordo com o deputado Rosemberg, inclusive com a anuência de V. Ex.^a, que após o término do Pequeno Expediente, que foi exatamente agora, às 15h30min, a gente pudesse fazer a votação dos projetos que estão acordados para serem votados hoje.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, é...

O Sr. Alan Sanches: Mas gostaria só de que V. Ex.^a nos avisasse, nos informasse sobre...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Carlinhos! Carlinhos!

O Sr. Alan Sanches: (...) os projetos que estão... pelo menos a ementa dos projetos para que todos os demais parlamentares tenham acesso a essa informação.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Eu queria fazer coro com V. Ex.^a. Sou deputado da Oposição, V. Ex.^a sabe qual é o meu posicionamento, mas concordo com V. Ex.^a que esse é um problema nacional. E gostaria de sugerir que V. Ex.^a levasse ao colégio de presidentes que a Unale tem, e está aqui, inclusive, a deputada Ivana, levasse também essa reivindicação que acabou de fazer. E assim que tivesse esse colégio de presidentes, que os Srs. Presidentes das casas legislativas em todo estado do Brasil pudessem fazer essa manifestação junto aos deputados federais, porque, de fato, é preciso dar um basta à insegurança que nós estamos vivendo em nosso estado e em todo o país, e a gente precisa que os órgãos federais e o Congresso Nacional tomem também uma grande providência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É claro, deputado Samuel, que não é uma questão da Bahia, a questão é do Brasil, com um estado um pouco melhor do que o outro. Nós vimos na semana passada marginais mandando recado para as autoridades, exigindo, deputado Rosemberg, televisão de tela plana, a mais moderna, eu acho que de 100 polegadas, que nem sei se existe, banheira Jacuzzi, visita íntima, e eu acho que piscina semiolímpica, porque não querem qualquer uma. É o retrato da falência do nosso país, a falência total. Bairros, comunidades inteiras tomados pela marginalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

A Sr.^a Ivana Bastos: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou passar a palavra ao deputado Rosemberg e à deputada Ivana. Atendendo à solicitação do deputado Alan, os projetos que nós temos aqui são: o Projeto de Lei nº 24.642/2022, que altera o anexo I da Lei nº 8.966, de 22 de outubro de 2003, que dispõe sobre plano de carreiras e vencimento dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, e o Projeto de Lei nº 24.451/2022, também do Ministério Público do Estado da Bahia, que altera o art. 3º da Lei nº 12.927, de 20 de dezembro de 2013, que reclassifica entrâncias de promotorias de Justiça do

Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargos na carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições.

O.k., deputado Alan.

Com a palavra deputado Rosemberg Pinto, líder da Maioria.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidoras, servidores, imprensa, visitantes.

Presidente, hoje nós tivemos, no auditório desta Casa, uma sessão que reuniu um conjunto significativo de mulheres que representam diversas instituições, para além do vice-governador, Geraldo Júnior, que debateram sobre a implementação de ações protetivas à mulher e ações para o desenvolvimento da sociedade na compreensão do que são as mulheres e as expectativas que uma democracia possa ter com a participação delas nas estruturas de poder.

Mas me parece que algumas pessoas não conseguem perceber a importância das mulheres em espaços de poder na nossa sociedade e vir aqui fazer a defesa da diretora-geral do Inema, Márcia Telles. Parece-me que há uma tentativa imensa, mas imensa, de criar uma situação para uma mulher, funcionária pública da Secretaria da Administração do Estado da Bahia e que serve à Secretaria do Meio Ambiente na área de licenciamento, que fez todos os licenciamentos que passaram por sua gestão de acordo com a lei que nós aprovamos nesta Casa. Mas me parece que tem gente que não gosta de ver mulher no poder. Só isso é o que parece que há do ponto de vista da implicância que algumas pessoas têm em relação à diretora-geral do Inema, uma mulher servidora do estado competente e que faz os licenciamentos de forma a cumprir o que esta Casa Legislativa determinou.

Com relação a esse empreendimento em Boipeba, houve uma reunião, no dia 23, na Secretaria do Meio Ambiente, deputado Vitor Bonfim, quando estiveram presentes o Ministério Público, o representante do empreendimento, o Inema, a Secretaria do Meio Ambiente, e foi convidado aqui o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Leandro, que não pôde estar presente no dia, junto com o vice-presidente, deputado Matheus, e foi entendido pelo Ministério Público Federal e por todos que não havia problema no licenciamento. O que há, na realidade, é que está no processo que a Superintendência de Patrimônio da União havia dito lá atrás que não era uma área pública, era uma área privada, com título de propriedade das pessoas. E, por conta disso, a responsabilidade de fazer o licenciamento é do estado da Bahia. E esse questionamento foi definido lá e ficou a SPU de apresentar uma posição, se ela mantinha ou não mantinha a sua posição de que aquela área não é uma área pública, é uma área privada.

Então, é bom que a gente se informe para não estar falando besteira e colocando a responsabilidade em quem não tem. Quero, aqui, reafirmar: a diretora do Inema é uma pessoa de conduta ilibada, e o que tem em contrário aqui, na realidade, é um preconceito às mulheres, como houve algumas falas aqui contra a indicação da conselheira ao Tribunal de Contas dos Municípios.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, em vez de debater a competência, debate-se outras questões, descredenciando as mulheres na participação nos espaços públicos.

Então, Sr. Presidente, eu quero, aqui, reafirmar e, por último, para encerrar, dizer que hoje, na Comissão de Segurança Pública, nós pactuamos o acordo que foi feito pela Mesa Diretora da Casa. E V. Ex.^a deve, obviamente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) apresentar o parecer da secretaria da Casa que cuida da parte regimental com relação à substituição por suplentes em cada local. V. Ex.^a me informou que é com relação aos blocos, o suplente de cada bloco é que substitui. Esse é o entendimento que eu tenho também, mas ainda há dúvidas em relação a isso. Eu queria que V. Ex.^a depois pedisse um parecer da própria, se é que precisa, ou só a interpretação da Presidência vale aqui.

O Sr. Vitor Bonfim: V. Ex.^a permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Pois não, deputado Vitor.

O Sr. Vitor Bonfim: Deputado Rosemberg Pinto, eu quero me associar a V. Ex.^a na defesa do trabalho que a Dra. Márcia Telles vem realizando à frente do Inema.

A gente sabe das dificuldades e da sensibilidade que ela tem em conduzir aquele órgão com extremo cuidado, com a sua capacidade técnica, assessorada por pessoas também extremamente capacitadas, com várias mulheres compondo a sua equipe. Em pleno século XXI, a gente vê o trabalho ser atacado de uma forma vil pelo simples fato de ali estar uma mulher à frente daquele órgão tão importante.

Quem conhece a Ilha de Boipeba, quem conhece essa região onde está sendo proposto implantar esse empreendimento sabe que ali é uma fazenda com uma área de coqueiral extremamente extensa, não existe mais quase nada nessa área de mata nativa. O que se precisa, realmente, é o que o Inema está fazendo, exigir de quem vai empreender na Ilha de Boipeba as compensações, sobretudo para aquelas comunidades tradicionais que estão ali, que precisam ter melhoradas a sua condição de moradia, de acesso à água, de acesso ao saneamento básico. É isso, e é essa discussão que tem que ser feita, a forma que a gente pode fazer para levar uma melhor condição de vida para aquelas pessoas que estão lá, levar uma condição de trabalho mais digna para aquelas pessoas. É através do empreendimento, do ecoturismo que a gente vai conseguir fazer com que essas pessoas tenham alguma renda, tenham sua carteira assinada. É esse o trabalho que o governo do estado vem fazendo ao longo dos últimos anos, buscando fortalecer a economia do nosso estado.

Então, quero saudar V. Ex.^a pelo seu pronunciamento e, Sr. Presidente, para concluir a minha fala aqui, solicitar do líder da Maioria e do líder da Minoria que a gente encerre os pronunciamentos e entre em processo de votação, com a dispensa de formalidades, para que nós possamos votar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os projetos do Ministério Público, dos servidores e dos promotores.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan.

A Sr.^a Ivana Bastos: Pela ordem, Sr. Presidente. Já solicitei a palavra.

O Srs. Alan Sanches: Presidente, só para que não reste dúvida aqui, o deputado Rosemberg falou sobre as comissões. Se essa vai ser a nossa tratativa, não há problema nenhum, mas o que está acontecendo é um prejuízo enorme para a Oposição.

Quando nós sentamos e fizemos um acordo para que tais comissões ficassem com o Governo, tais comissões ficassem com a Oposição, em momento algum foi falado o seguinte: o que for da Oposição, o Governo não dará quórum. Nesse ponto, aí V. Ex.^a

tem que entrar. De que forma? A partir do momento em que aquele deputado que está inscrito não compareça para prestar o seu trabalho, a sua obrigação, a qual, inclusive, tem o nome dele lá, que ele seja punido de alguma forma. E V. Ex.^a sabe muito bem como é que pode punir, como era feito: a cada duas faltas na comissão ele teria... sendo punido no salário, descontada a diária dele no salário.

Então, não podemos deixar que as comissões, porque são da Oposição, sejam inviabilizadas. Então, V. Ex.^a tem esse instrumento. Que faça cumprir o Regimento, que seja punido aquele deputado que não se apresenta para o trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, daqui a pouco. Deputado Alan, vou mandar ver com a parte técnica. Agora, se fizermos tudo de acordo, eu acho que a sua sugestão é mais do que correta. Se não quer participar... Se o Regimento permitir que desconte, dói no bolso, aí vai comparecer. É o que eu espero. V. Ex.^a, com certeza, será atendido.

Com a palavra a deputada Ivana.

A Sr.^a Ivana Bastos: Sr. Presidente, eu quero, aqui, me juntar ao deputado Rosemberg Pinto no apoio à secretária Márcia Telles. A gente viu nessa semana um mundo de críticas de pessoas, que estão lutando agora contra o empreendimento, fruto de más informações.

Se fizer uma pesquisa, porque o projeto tem a pesquisa da população, mais de 80% das pessoas que ali moram são a favor. Tem área que vai ser destinada à construção de centro de cultura, à construção de posto médico. Para as pessoas estão lá sem condições de trabalho, é renda chegando ao município. E uma área que tem o documento do Iphan, uma área que, hoje, quando se entrou num processo de quase 10 anos de luta, todas as consonantes foram apresentadas e foram cumpridas no Inema.

Eu comentava, há pouco, que eu me lembro de que quando nós estávamos na Comissão da Ferrovia Oeste-Leste, nós tínhamos audiências em Brasília, no Ibama, audiências aqui e acolá. A gente via que, realmente, as coisas estavam acontecendo, todas as consonantes estavam sendo cumpridas. Mas as pessoas que torcem para que não dê certo estavam ali brigando.

Quero também, aqui,... O deputado Samuel Junior disse sobre o colégio de líderes, de presidentes da Unale. Nós estamos formando esse colégio. O estado de São Paulo elege o presidente da sua assembleia no dia 15 de março e a gente precisava ter as 27 assembleias. Inclusive, nós já solicitamos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do ministro Rui Costa, uma audiência com todos os presidentes de assembleia.

Então, deputado Samuel, eu levo também essa solicitação para que as casas legislativas possam – a gente viu o que aconteceu há uma semana, há 15 dias no Rio Grande do Norte –, sim, levar e pedir providências na questão da nossa segurança.

E, aqui, quando se fala de mulher, se fala de mulher com desdém, se fala de mulher como coisa pequena. Na semana da mulher, nós firmamos um compromisso, também, nesta Casa de colocar projetos de mulheres e de homens, mas projetos que dizem respeito às causas femininas, em votação aqui, neste Plenário.

Então, a minha solicitação, aqui, é que o líder da Minoria e o líder da Maioria dispensem as formalidades e votem os projetos de mulheres. Tem também projetos que não causam problemas, mas que nos ajudam muito, que são os projetos de utilidade

pública. Nós temos associações comunitárias que estão precisando de financiamento com projetos do governo federal, esperando o título de utilidade pública do estado. Nós temos diversos projetos que, há mais de 6 meses, a gente não vota.

Então, eu faço este apelo aos dois líderes que, pelo menos, os projetos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Ivana Bastos: (...) pelo menos, a votação dos projetos de utilidade pública e dos projetos de mulheres. Que a gente possa votar ainda no mês de março.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, deputado Alan, vamos atender à solicitação das mulheres, encabeçada pela deputada Ivana. Vamos ver se, nesta ou na próxima semana, ainda, a gente escolhe os projetos para começar a votar.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, sobre essa questão...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente, eu tinha solicitado antes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, Hilton.

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado Alan e eu havíamos conversado sobre essa possibilidade de votar. Conversei com a presidenta da Comissão de Constituição e Justiça e, ainda hoje, estive lá para que agilizassem os projetos. Falei, na semana passada, sobre os projetos relacionados às mulheres, de iniciativa das mulheres ou dos homens, dos deputados e das deputadas, que versassem sobre o tema, para que a gente votasse até o final deste mês, mas eu estou achando complicado. Hoje são 28 de março, mas ela concordou que a gente votasse na primeira semana de abril.

(A deputada Ivana Bastos fala fora do microfone.)

Ela me falou hoje se havia a possibilidade de quem estava na Comissão de Constituição Justiça – estavam, lá, os deputados Vitor e Ivana – de que houvesse uma dispensa para algum dos projetos, que fossem validados como constitucional para que viessem direto para o Plenário.

Eu, da minha parte, disse que achava que, da parte do deputado Alan, não teria problema. Poderia, também, fazer um acordo de maioria e de minoria para que a gente pudesse, também, analisar mesmo os projetos nessa vocação que não tivesse passado pela CCJ.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Questão de ordem do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente...

O Sr. Paulo Rangel: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo, 1 minuto, por favor.

O Sr. Hilton Coelho: Sobre o tema anterior, Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dizer que liberar 27 mil hectares para o Condomínio Cachoeira do Estrondo, no Oeste baiano, liberar um território inteiro para a Brazil Iron Mineração LTDA., que está matando as pessoas na região da Chapada Diamantina, tem muita semelhança com o que está acontecendo, hoje, em Boipeba.

A Bahia não é um estado que deixa de produzir riqueza. Nós somos a sétima economia do país. No entanto, são empreendimentos como esse que retiram a possibilidade de sobrevivência das comunidades. E as comunidades estão gritando. São

comunidades coletoras, são comunidades que realizam atividade pesqueira e estão denunciando que a região vai sofrer, tremendamente, com esse empreendimento. Se diz que não vai ter desmatamento, mas até campo de golfe foi liberado para ser construído. Isso foi definido nesse empreendimento.

Então, a meu ver, o que nós precisamos é de transparência. Não é o fato de haver uma mulher na condução do Inema que vai fazer com que tudo possa ser feito na Bahia. A Bahia, eu volto a dizer, foi o estado que mais desmatou em 2022, mais que o Mato Grosso, mais que o Amapá, mais que vários estados do Norte do país. Foi a Bahia quem mais desmatou no ano de 2022.

Esta Casa não pode fechar os olhos para isso, porque ela vai deixar de ser a Casa do grande debate.

E, por falar nisso, Sr. Presidente, só para concluir, hoje se aprovou, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, uma coisa inusitada, qual seja, a “desconvocação” do secretário de Segurança Pública. Eu nunca vi isso acontecer no Parlamento. Nós tínhamos definido, pela comissão, que o secretário teria de vir e dizer qual era o plano de governo na área de segurança pública. Hoje, estamos vendo esta Casa, infelizmente, pela ação da Maioria, ter uma postura, a meu ver, liquidacionista.

Aqui é o espaço do Parlamento, é o espaço do grande debate e é o espaço de fiscalização do Executivo. Por isso, este Parlamento tem de exercer os seus direitos de convidar e, se necessário, convocar o secretário.

Mas, hoje, por uma movimentação, a meu ver, completamente artificial, se fez uma maioria. Infelizmente, o debate político, sobre segurança pública no estado da Bahia, foi derrotado. Eu espero que isso não vire regra, Sr. Presidente. O Legislativo baiano precisa se afirmar como poder independente que tem a capacidade de fazer o grande debate e ser crítico às ações do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Paulo Rangel: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bem, vou começar pelo deputado Paulo Rangel para a gente ir, logo após, para a Ordem do Dia.

Deputado Paulo Rangel, antes de V. Ex.^a começar, eu vi, no grupo, os deputados...

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) em relação à presença que foi dada na comissão e não aparece. A informática me informou que funciona dessa forma: aparece lá, mas não aparece aqui. Então é tudo dentro da normalidade.

O Sr. Paulo Rangel: É que eu tinha sido informado de outra forma.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O. k.!

O Sr. Paulo Rangel: Mas a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é a seguinte: eu quero discordar da proposta feita pelo líder Rosemberg. Com todo o respeito ao mês das mulheres, à defesa das mulheres, isso não é uma Casa de simpatias.

A gente tem muito problema nesta Casa em relação ao funcionamento real e mais adequado possível das comissões, naquilo que diz respeito à materialização adequada para que os projetos se tornem leis. Já é uma exceção, presidente, quando a gente traz algum projeto que não passa pela comissão temática e vem, diretamente, para o Plenário. E já se abriu esse precedente aqui. Até, por falta de melhor análise daquilo que estava sendo considerado, vários projetos inconstitucionais foram aprovados.

Então, eu quero discordar dessa questão de ordem, porque o máximo – que nós pudemos fazer e nós já fizemos – é, justamente, trazer projetos que foram, minimamente, debatidos na Comissão de Constituição e Justiça. São projetos de lei que obtiveram um veredicto no que diz respeito, apenas, à sua constitucionalidade.

Então, eu gostaria de que essa questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto fosse retirada, e não fosse considerada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Vamos à Ordem do Dia.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan, para finalizar.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero me associar ao deputado Rosemberg. Já temos vários anos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, me perdoe. Eu vou lhe interromper para informar algo.

Nós temos as presenças dos estudantes do Colégio Estadual David Mendes Pereira, do bairro São Marcos. Bem-vindos à Casa do Povo, bem-vindos à Assembleia.

Desculpa, deputado Alan. Retorno a palavra a V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, então, nós precisamos votar os projetos de autoria de deputados. Eu já tinha me posicionado a respeito disso na semana passada. Volto, hoje, a falar sobre o mesmo assunto. Os deputados precisam atender às suas demandas, também. Nós temos projetos de utilidade pública, nós temos projetos de honraria, nós temos projetos que não são polêmicos, de forma nenhuma. Se esses projetos não forem votados nesta época, eles ficarão extemporâneos. Então nós temos projetos para as mulheres, temos projetos para os homens e nós precisamos votá-los.

O que eu sugiro ao deputado Rosemberg é que a gente faça... Eu vou pedir à minha bancada para me encaminhar os projetos de lei. Que cada um deputado decida por um projeto que queira, para que a gente possa votar na quarta-feira. Eu vou passar o pente fino junto com a nossa assessoria, na liderança e faço a solicitação para que o deputado Rosemberg faça do mesmo jeito. Assim, ao menos, a gente pode fazer uma triagem prévia, não quero dizer que os projetos serão aprovados, mas, pelo menos, que a gente os traga para cá para fazer uma avaliação.

Muito obrigado.

A Sr.^a Cláudia Oliveira: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a faz questão de falar?

A Sr.^a Cláudia Oliveira: Eu gostaria de falar na tribuna, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Bem, logo após o pronunciamento da deputada Cláudia, nós iremos para a Ordem do Dia, a fim de votarmos os projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Cláudia Oliveira.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA: Boa tarde, Sr. Presidente e deputados presentes.

É com muita alegria e muita emoção que, na sexta-feira, em Porto Seguro, nós estaremos recebendo o vice-governador Geraldo Júnior para entregar, à população daquela cidade e região, o serviço de alta complexidade de quimioterapia. Esse é um pedido nosso, enquanto prefeita de Porto Seguro. E, hoje, vejo esse pedido ser realizado

através do nosso ex-governador Rui Costa. Agora, o vice-governador Geraldo vai inaugurar, representando o nosso governador, que estará na China.

Então, aqueles pacientes que, há muitos anos, precisavam sair da nossa região, da cidade de Porto Seguro, de Eunápolis, da Costa do Descobrimento para ir a Teixeira de Freitas, Itabuna e, muitas vezes, a outros estados, terão esse serviço instalado no Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Estou muito feliz. Quero agradecer ao ex-governador e, hoje, ministro Rui Costa.

E, aqui, representando o povo do Extremo Sul da Bahia, falo, em nome daquela população, o meu muito obrigada. Serviços médicos serão realizados. Todos sabem da importância que é. São tantas pessoas acometidas pelo câncer. Na semana passada, tivemos, aqui, uma sessão especial sobre as mulheres, não é? E eu trouxe...

Foi homenageada uma instituição chamada Associação Ciranda da Vida que presta um serviço de relevância às mulheres que passam por uma situação tão triste que é o câncer.

Então, eu estou muito feliz. Estarei, lá, em Porto Seguro, na sexta-feira, às 9h da manhã, no Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães, entregando esse serviço à população e à região do Extremo Sul.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Srs. Deputados, por acordo, nós não vamos ter oradores no Horário das Representações Partidárias. A gente vai direto para a Ordem do Dia.

O primeiro é o projeto é o Projeto de Lei nº 24.451/2022, procedente do Ministério Público do Estado da Bahia, que altera o art. 3º da Lei nº 12.927, de 20 de dezembro de 2013, que reclassifica entrâncias de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargos na carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições.

Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, passo a relatar a seguinte matéria.

(Lê) “Parecer

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.451/2022, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, o qual ‘altera o art. 3º da Lei nº 12.927, de 20 de dezembro de 2013, que reclassifica entrâncias de promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargos na carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições’.

Apresenta, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, para apreciação da Assembléia Legislativa, o projeto de lei que ora venho relatar, promovendo alteração no art. 3º da Lei nº 12.917/2013, na qual propõe alterar de 10% para 1/3 do subsídio o patamar da verba indenizatória destinada aos membros

do MP designados para atuar em mais de uma Promotoria ou Procuradoria de Justiça de forma cumulativa.

Conforme registra a Senhora Procuradora-Geral no ofício que acompanha a proposição, ‘a iniciativa traduz legítima expectativa dos membros do Ministério Público, que vêm, quase permanentemente, atuando em cumulação de ofícios, dado o déficit de promotores de justiça nos quadros institucionais - em número aproximado de 200 (duzentas) vagas não providas, - sobretudo em razão da histórica contingência orçamentária que impede o provimento da totalidade de cargos existentes na carreira’, ressaltando ainda que ‘o atual padrão gera desequilíbrio, onera e desestimula os promotores de justiça a atuarem no rigoroso regime de acúmulo de tarefas’. Destaca, enfim, Sua Excelência, que as despesas decorrentes da aplicação da Lei correrão à conta dos recursos orçamentário próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, após entendimentos com o MP/Ba, venho apresentar, na condição de Relator, emenda destinada a aperfeiçoar a proposição, de modo a torná-la mais facilmente exequível.

Emenda de Relator:

Os arts. 1º e 3º do Projeto de Lei nº 24.451/2022 passam a ter a seguinte redação: “Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 12.927, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º - Fica instituída a folga compensatória pelo exercício cumulativo de atribuição no âmbito do Ministério Público da Bahia.

§ 1º - Ao membro do Ministério Público do Estado da Bahia será concedido 1 (um) dia de folga compensatória a cada 5 (cinco) dias de exercício de atribuições em mais de um órgão de execução.

§2º - Ato normativo do Procurador-Geral de Justiça fixará as condições para concessão e gozo de folgas compensatórias, bem como para sua conversão em pecúnia, a título indenizatório, quando necessária à continuidade do serviço, considerada a disponibilidade financeira.

§3º - Eventual indenização não será incorporada aos subsídios ou aos proventos e não será considerada base de incidência para qualquer outra vantagem.’(NR)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor em 1º de julho de 2023.”

Justificativa: Como acima afirmado, esta emenda destina-se a tomar mais facilitada a execução da Lei. Ante o exposto, e considerando que o projeto encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua forma com as emendas de relator, apresentadas.

É o parecer, Sr. Presidente, aprovação com as modificações decorrentes da Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 28 de março de 2023”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer do relator, nobre deputado Vitor Bonfim, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado o Projeto de Lei nº 24.451/2022, em 1ª discussão.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.451/2022

Altera o Art. 3º da Lei nº. 12.927, de 20 de dezembro de 2013, que reclassifica Entrâncias de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargos na carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 12.927, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Fica instituída a folga compensatória pelo exercício cumulativo de atribuição no âmbito do Ministério Público da Bahia.

§1º - Ao membro do Ministério Público do Estado da Bahia será concedido 1 (um) dia de folga compensatória a cada 5 (cinco) dias de exercício de atribuições em mais de um órgão de execução.

§2º - Ato normativo do Procurador-Geral de Justiça fixará as condições para concessão e gozo de folgas compensatórias, bem como para sua conversão em pecúnia, a título indenizatório, quando necessária à continuidade do serviço, considerada a disponibilidade financeira.

§3º - Eventual indenização não será incorporada aos subsídios ou aos proventos e não será considerada base de incidência para qualquer outra vantagem.”(NR)

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor em 1º de julho de 2023.

Sala das Sessões, 28 de março de 2023.

Deputado VÍTOR BONFIM
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar para o próximo projeto, eu queria tranquilizar os funcionários do Ministério Público. Não se preocupem. Eu vou suspender a sessão por 10 minutos, porque nós estamos tentando ver se votam outros projetos ainda. Eu peço a tolerância a todos os deputados e funcionários. Não se preocupem que a gente vota daqui a pouco.

Então suspendo a sessão por 10 minutos para tentarmos um acordo de outros projetos.

Eu queria avisar aos deputados que esses projetos serão votados em dois turnos. Então, assim que encerrarmos esta sessão, logo após, será convocada outra sessão para votarmos os projetos em segundo turno.

São 10 minutos apenas de suspensão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A sessão está suspensa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. deputados, vamos suspender a sessão por mais 10 minutos, por favor.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Retornando à nossa sessão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 24.642/2022, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que altera o Anexo I, da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sob o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

Para relatar, deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Boa tarde, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Boa tarde, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, boa tarde, servidores do Ministério Público, dirigentes sindicais, é um prazer relatar esta matéria. Nós dialogamos sobre este tema. Quero mandar um abraço, em especial, a um amigo, servidor, o dirigente sindical Márcio que, sempre, me acionou para a gente agilizar esta votação que, hoje, é possível por conta do entendimento das lideranças do Governo e da Oposição.

(Lê) “Parecer

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.642/2022, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, o qual ‘altera o Anexo I da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.’

Apresenta, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, promovendo alteração no Anexo I da Lei nº 8.966/2003, objetivando ‘atender à necessidade de conferir à carreira dos servidores do parquet possibilidade de movimentação ascendente, por movimentação vertical’, conforme registra a Senhora Procuradora-Geral no ofício que acompanha a proposição, no qual ressalta ainda que ‘as despesas decorrentes da aplicação da lei que se propõe correrão à conta dos recursos próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.’

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Ministério Público.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 28 de março de 2023.

Robinson Santos Almeida”

Sr. Presidente, somos pela aprovação do reajuste dos servidores. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei nº 24.642/2022, de procedência do Ministério Público do Estado da Bahia, que altera o Anexo I, da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, que acaba de ser relatado pelo deputado Robinson Almeida.

Em votação, pela indicação do voto do relator, deputado Robinson Almeida, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Vamos à votação em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão** o Projeto de Lei nº 24.642/2022, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público.

PROJETO DE LEI Nº 24.642/2022

Altera o Anexo I da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo I da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passar a ser o constante do Anexo Único dessa Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

ANEXO ÚNICO

ANEXO I ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, MOTORISTA E ANALISTA TÉCNICO QUANTITATIVO DE CARGOS

Classe	Assistente Técnico Administrativo	Motorista	Analista Técnico
I	169	10	77
II	146	13	100
III	219	26	92
IV	231	39	47
V	214	30	44
Total	979	118	360

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Este projeto, também, tem a votação, em segundo turno. Logo após o encerramento desta, abriremos outra sessão.

O terceiro projeto é por acordo das bancadas.

(Lê) “*Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei Complementar nº 150/2023, de autoria do Ministério Público, que Altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 18 de janeiro de 1996 e dá outras providências.

Sala das Sessões, 23 de março de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto

Deputado Alan Sanches

Líder da Maioria

Líder da Minoria”

Com a palavra, para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a todos os deputados e a todas as deputadas, porque, hoje, nós fizemos duas votações, e vamos fazer uma terceira. São votações de muita relevância. São servidores do Ministério Público que, desde o ano passado, se encaminham para esta Casa, no sentido de garantir o reconhecimento e a reestrutura dos seus direitos, quanto aos avanços dos pontos de vista horizontal e vertical.

Então, hoje, a gente votou com a relatoria do deputado Robinson Almeida.

Botamos um projeto, também, que cria a possibilidade para que os procuradores e os promotores possam atender em outras comarcas de uma forma que eles, também, se sintam valorizados.

Por conta disso, o deputado Victor Bonfim relatou o projeto de lei que garante que a gente possa criar um mecanismo de valorização desses servidores que atuam em duas e três comarcas ao mesmo tempo.

Me cabe, Sr. Presidente, aqui, relatar o seguinte parecer.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 150/2023/2022, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, o qual ‘altera dispositivos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e dá outras providências.’

Apresenta, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei complementar que ora passo a relatar, ‘com o propósito de reestruturar a composição dos órgãos internos do Ministério Público, com a finalidade de viabilizar a modernização da instituição, em plano legislativo, a partir da modificação da Lei Orgânica do MPBA’.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Ministério Público.

E o parecer, s.m.j

Sala das Sessões, 28 de março de 2023.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer do nobre relator, deputado Rosenberg Pinto, ao PLC nº 150/2023, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e dá outras providências.

Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão** o PLC nº 150/2023, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996. (Palmas)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2023

**Altera dispositivos da Lei Complementar nº 11
de 18 de janeiro de 1996 e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º

§ 4º São órgãos auxiliares do Ministério Público:

I – a Ouvidoria do Ministério Público;

II – os Centros de Apoio Operacional;

III – os órgãos de Planejamento Estratégico;

IV – os órgãos descentralizados de suporte administrativo e finalístico às Procuradorias e às Promotorias de Justiça;

V – a Comissão de Concurso;

VI – o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

VII – a Central de Apoio Técnico;

VIII – os órgãos Gestores da Informação e Tecnologia;

IX – o órgão de Inteligência e os Grupos de Atuação Especial;

X – o órgão de Controle Interno;

XI – a Corregedoria Administrativa;

XII – os órgãos de Apoio Técnico, Administrativo e de Assessoramento;

XIII – os Estagiários”.

...

Art. 5º

§ 1º (revogado)

...

Art. 6º

§ 8º O(A) Procurador(a)-Geral de Justiça tomará posse e entrará em exercício em sessão pública e solene do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, em até 90 (noventa) dias após a realização da eleição. (NR)

...

Art. 9º Ocorrendo a vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, será realizada, em até 60 (sessenta) dias, nova eleição para o preenchimento do cargo, na forma do artigo 5º. (NR)

Art. 10.

Parágrafo único. (revogado)

...

Art. 50-A A Corregedoria Administrativa é órgão auxiliar do Ministério Público vinculada ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e tem por finalidade orientar o desenvolvimento na carreira e correccionar as atividades dos servidores integrantes do quadro de serviços auxiliares.

§ 1º Atuará como Corregedor Administrativo um membro do Ministério Público, designado pelo(a) Procurador(a)-Geral de Justiça.

§ 2º O Corregedor Administrativo expedirá regulamentos acerca dos procedimentos afetos à atuação da Corregedoria Administrativa, especialmente instruções normativas complementares às disposições legais e normas expedidas pela Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º No exercício das funções correccionais, o Corregedor Administrativo aplicará as sanções disciplinares segundo a legislação vigente, ressalvadas aquelas reservadas exclusivamente ao(à) Procurador(a)-Geral de Justiça.

...

Art. 155

§ 4º Aos membros do Ministério Público investidos nos cargos de Coordenadores de Promotorias de Justiça Regionais é devida uma gratificação mensal pelo seu exercício no valor de 5% (cinco por cento) dos vencimentos (NR)”.
Art. 2º O Anexo II da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, que dispõe sobre os cargos dos órgãos de administração superior e auxiliares, passa a vigorar nos termos do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando o §1º do art. 5º e o parágrafo único do art. 10 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996.

ANEXO ÚNICO

Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, que dispõe sobre cargos dos órgãos de administração superior e auxiliares

ANEXO II MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA QUADRO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E AUXILIARES CARGOS E CHEFIAS, CORREIÇÃO, ASSESSORAMENTO E CONFIANÇA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTITATIVO
Procurador-Geral de Justiça	01
Procurador-Geral de Justiça Adjunto	01

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Para Assuntos Jurídicos	01
Corregedor-Geral	01
Subcorregedor-Geral	01
Ouvidor	01
Conselheiro Superior do Ministério Público	09
Chefe de Gabinete Procuradoria Geral de Justiça	01
Secretário-Geral	01
Secretário-Geral Adjunto	01
Assessor Especial da Procuradoria Geral de Justiça	15
Coordenador das Procuradorias de Justiça	02
Coordenador de Centro de Apoio Operacional	10
Coordenador de Controle Interno	01
Assessor em Unidade de Apoio à Atividade Finalística	02
Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	01
Procurador/Promotor de Justiça Corregedor	09
Corregedor Administrativo	01
Coordenador de Gestão Estratégica	01
Coordenador de Inteligência	01
Coordenador de Grupos de Atuação Especial	04
Coordenador da Central de Apoio Técnico	01
Coordenador de Gestão da Informação	01
Coordenador de Promotoria de Justiça Regional	29

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há um requerimento sobre a Mesa.

(Lê) “*Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.516/2022, de autoria da Deputada Ivana Bastos, que ‘Dá ao trecho da rodovia BA - 263 que interliga os municípios de Urandi (BA) até a divisa com Lícínio de Almeida (BA) a denominação de RODOVIA Dr. DORIVALDO DANTAS.’

Sala das Sessões, 28 de março de 2023

Dep. Rosemberg Lula Pinto

Líder da Maioria

Dep. Alan Sanches

Líder da Minoria”

Houve a dispensa de formalidades assinada pelos líder da Minoria, deputado Alan Sanches, e líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, no dia de hoje, 28 de março de 2023.

Para relatar, o deputado Samuel Junior.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Samuel.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas, conforme orientação do presidente, passo a relatar o Projeto de Lei nº 24.516/2022, de autoria da deputada

Ivana Bastos, que dá, ao trecho da rodovia BA-263, interligando os municípios de Urandi (BA) até a divisa com Licínio de Almeida (BA), a denominação de Rodovia Dr. Dorivaldo Dantas.

Indico o voto pela aprovação, Sr. Presidente
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das Comissões.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado em Plenário, **o Projeto de Lei nº 24.516/2022, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 24.516/2022

Dá ao trecho da rodovia BA - 263 que interliga os municípios de Urandi (BA) até a divisa com Licínio de Almeida (BA) a denominação de RODOVIA Dr. DORIVALDO DANTAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

DECRETA:

Art. 1º - Passa a denominar-se RODOVIA Dr. DORIVALDO DANTAS o trecho da rodovia BA - 263 que interliga os municípios de Urandi até a divisa com Licínio de Almeida no estado da Bahia.

Art. 2º - Este Projeto de Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2022.

Deputada IVANA BASTOS - PSD

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Convoco uma sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta para votarmos, em segundo turno, os projetos votados nesta Casa, oriundos do Ministério Público e, por último, o projeto da deputada Ivana Bastos.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Angelo Coronel Filho, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Hassan, Júnior Muniz, Kátia Oliveira, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Patrick Lopes, Ricardo Rodrigues e Sandro Régis. (11)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra